



O que está sendo feito?

1. Giac discute uso de medicamento off label com representantes do CFM e com médicos e gestores que atuam no combate à covid-19



Integrantes do Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac-Covid-19) participaram de reunião nesta quarta-feira (3) com representantes do Conselho Federal de Medicina (CFM), da Associação Médica Brasileira (AMB) e com médicos que estão atuando diretamente no combate à covid-19. O objetivo foi discutir o uso precoce da cloroquina

em pacientes com a doença. O Giac vem acompanhando a questão desde a semana passada, quando o tratamento precoce com o uso do remédio foi recomendado por nota informativa do Ministério da Saúde.

Participaram da reunião os subprocuradores-gerais da República Célia Regina de Souza Delgado e Hindemburgo Chateaubriand, ambos da coordenação finalística do Giac; os procuradores da República Ailton Benedito, Edilson Vitorelli e Higor Pessoa; o 3º vice-presidente do CFM, Emmanuel Fortes; a médica Yascara Lages, conselheira CFM; José Luiz Bonamigo Filho, diretor da AMB; e médicos com atuação direta no combate à covid-19, como Sabas Vieira, que coordena o protocolo de enfrentamento da doença no Piauí; Marina Bucar, médica brasileira que atua na Espanha, entre outros profissionais.

O encontro também teve a participação de gestores. O médico Antonio Cássio Prado, prefeito do município de Porto Feliz (SP), falou sobre o trabalho desenvolvido na cidade. Porto Feliz tem 57 mil habitantes e registra apenas três mortes na pandemia: uma causada diretamente pelo coronavírus e duas outras de pessoas com covid-19 e comorbidades graves associadas.



O município utiliza a cloroquina no tratamento precoce de pacientes e também de forma preventiva para médicos da rede municipal. Já o médico e coronel do corpo de bombeiros do Amapá Pedromar Valadares, que trabalha no enfrentamento à pandemia, falou sobre o caso do estado, que tem alta incidência de contaminados, baixa capacidade de leitos de UTI e, no entanto, registra letalidade abaixo dos 3%. São mais de 11 mil casos confirmados e apenas 247 óbitos. O Amapá adotou o uso da cloroquina de forma precoce em todos os municípios e orientou a população a procurar os postos de saúde logo no início dos sintomas.

Para Célia Delgado, a falta de informação de qualidade pode interferir no trabalho do Ministério Público. Sendo assim, o Giac vem atuando para garantir o acesso à informação aos membros focalizadores, de modo a subsidiar a atuação. Por meio de ofício, o Gabinete Integrado pediu informações ao Ministério da Saúde sobre a nota informativa e já realizou duas reuniões sobre o tema, ambas gravadas e que serão disponibilizadas aos membros do Ministério Público. Segundo ela, é preciso fazer gestões junto ao Ministério da Saúde, com o apoio do CFM, para aprofundar a discussão em torno do tratamento precoce e também garantir o abastecimento da medicação.

2. Requisição de bens de saúde por gestores locais não fere Constituição Federal, opina PGR

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Augusto Aras, manifestou-se pela improcedência de pedido para que o STF criasse, por interpretação, regras para a requisição de bens e serviços de saúde como medida de enfrentamento da epidemia do novo coronavírus por parte de gestores públicos locais. O entendimento consta de parecer enviado na noite dessa segunda-feira (1º), no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6.362, contra dispositivo da Lei 13.979/2020, que prevê a requisição por gestores locais, garantindo “pagamento posterior de indenização justa”. No documento, o PGR ressalva, de forma expressa, que o entendimento não impede atuação do Ministério da Saúde no sentido de, por ato regulamentar, prever critérios para eventuais requisições. [Leia mais.](#)



3. MPF e MPBA fiscalizam contrato emergencial para gestão de hospital de referência para a covid-19

Os Ministérios Público Federal (MPF) e Estadual da Bahia (MP/BA) instauraram inquérito para acompanhar e fiscalizar o Contrato 051/2020, firmado entre o governo do estado e o Instituto Nacional de Amparo à Pesquisa, Tecnologia e Inovação na Gestão Pública (INTS) para a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Espanhol. A unidade pública de saúde, situada na capital baiana, foi inaugurada em 22 de abril deste ano, para tratar pacientes com suspeita e diagnóstico de covid-19. O contrato foi firmado em 1º de abril, com valor global de R\$ 29.882.634,90. Segundo os MPs, a documentação que ampara a contratação emergencial – por dispensa de licitação – não contém informações que permitam verificar como se chegou ao valor estimado e efetivamente contratado para os serviços. [Leia mais.](#)

4. TAC vai garantir mais proteção a trabalhadores de frigoríficos

O Ministério Público do Trabalho em Várzea Grande (MT) firmou termo de ajuste de conduta de abrangência nacional com a empresa Marfrig Global Foods, para garantir mais proteção contra a covid-19 aos trabalhadores das 12 unidades da empresa no Brasil. O acordo prevê a adoção de uma série de medidas para evitar a exposição indevida e diminuir o risco de contágio entre os empregados e terceirizados no ambiente de trabalho e, assim, desacelerar a propagação do vírus para a população em geral. [Leia mais.](#)

5. MPT aciona empresa de transporte de Governador Valadares por dispensa fraudulenta de funcionários

O MPT em Governador Valadares (MG) ajuizou ação civil pública contra a Mobi Transporte Urbano Ltda, para que a ré se abstenha, imediatamente, de coagir empregados na rescisão dos contratos de trabalho. A empresa foi investigada por se aproveitar da pandemia de covid-19 para obrigar



funcionários a renunciarem ao aviso prévio e outros direitos indisponíveis. Conforme apurou o MPT no curso do processo, a Mobi sonogou ao menos R\$ 143 mil de 55 trabalhadores que foram demitidos entre março, abril e maio. [Leia mais.](#)

6. MPPA recomenda medidas nas feiras livres de Santarém para evitar covid-19

O Ministério Público do Pará expediu recomendação para garantir o funcionamento adequado de feiras livres do município de Santarém, de acordo com as recomendações para prevenção de contágio pelo novo coronavírus. O governo estadual e a prefeitura decretaram o lockdown do município, como medida de combate à propagação da doença. Pela recomendação, a Prefeitura, a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, a Associação de Produtores Rurais de Santarém e a Colônia de Pescadores Z-20 devem assegurar e fiscalizar o cumprimento das medidas recomendadas nas feiras, tais como o adequado distanciamento entre as barracas de venda, para a segurança dos trabalhadores e consumidores, e o uso de máscaras, entre outras. [Leia mais.](#)

7. A pedido do MPPI, Justiça determina adequações em hospital de referência para a covid-19

A Justiça concedeu liminar em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Piauí e determinou que o governo estadual promova, em 72 horas, diversas melhorias no Instituto de Doenças Tropicais Natan Portela, hospital de referência para covid-19 no estado. Pela decisão, o governo deve promover a imediata instalação e funcionamento do tomógrafo computadorizado instalado na unidade, a compra de aparelhos de raio X portáteis para os leitos de UTI do hospital, entre outras medidas. [Leia mais.](#)